

O MAPA “SOLIDARIEDADE E ASSISTÊNCIA SOCIAL”: LITORAL NORTE (RS) - PANDEMIA COVID-19²⁸

Sinthia Cristina Batista
Doutora em Geografia (UFRGS), professora do Departamento Interdisciplinar da UFRGS

E-mail: sinthiacris@gmail.com

Sthefania Kappel

Licenciada em Geografia pela UFRGS – Campus Litoral Norte

E-mail: sthefaniakappel@hotmail.com

Juliana Borba

Bacharelada em Ciência e Tecnologia pela UFRGS – Campus Litoral Norte

E-mail: julianaborba@hotmail.com

Isaac Goulart da Silva

Licenciando em Geografia pela UFRGS – Campus Litoral Norte

E-mail: isaac.goulart.silva@gmail.com

Henrique Ferreira Galvão

Bacharelado em Ciência e Tecnologia pela UFRGS – Campus Litoral Norte

E-mail: henriqueferreiragalvao@gmail.com

Paul Schweizer

Geógrafo – Hamburg University

E-mail: paul.schweizer.89@gmail.com

Gabriel Amoretti Franco

Bacharel em Ciência e Tecnologia pela UFRGS – Campus Litoral Norte

E-mail: gabriel.amoretti@ufrgs.br

Juliana Camboim

Bacharelado em Ciência e Tecnologia pela UFRGS – Campus Litoral Norte

E-mail: julianacamboa2018@gmail.com

Nina Gabriela Muller Lopes

Bacharelada em Biologia Marinha pela UFRGS – Campus Litoral Norte

E-mail: ninamullerlopes@gmail.com

O trabalho realizou-se em conjunto ao projeto SIG Litoral, que tem acompanhado a evolução da COVID-19 em diferentes escalas (Mundo, Brasil e Rio Grande do Sul). Ver: https://www.ufrgs.br/sig/tag/covid-19_mapas/. Registramos o reconhecimento do trabalho de 16 estudantes de graduação, a Servidora Técnica da UFRGS Michele Barcelos Doebber, dois professores e um pesquisador externo, sem esse valoroso coletivo esse trabalho não aconteceria. Agradecemos também a leitura do professor Ricardo Dagnino para a finalização do texto.

RESUMO

A Pandemia da COVID-19 ilumina necessidades históricas das trabalhadoras(es) no país, escancara-se a desigualdade e a precarização da vida. Neste momento, ações populares despem as demandas sociais exigindo a presença do Estado Brasileiro, que imbuído da prática neoliberal, aprofunda uma política de destruição de direitos sociais. O contexto exige que as instituições públicas insurjam contra as determinações políticas deste Governo, e nas universidades, que seja fortalecida a relação entre pesquisa, Extensão e ensino, sob uma perspectiva popular. Como força somatória a essas ações, pesquisadoras(es) da UFRGS Litoral produziu um mapa articulado à mobilização de solidariedade promovida por lideranças comunitárias na região. Tais movimentações são importantes: a produção do mapa forjado na prática social; o envolvimento expressivo de estudantes; a problematização da ausência dos dados públicos para a análise social e o debate político sobre as estratégias para o enfrentamento da Pandemia. Reconhecemos que a necessidade do isolamento social tem evidenciado: as condições de vida no Litoral Norte/RS e a urgência da universalização das políticas sociais para a consolidação do Sistema Único de Assistência Social. Este trabalho contribui na efervescência dos mapeamentos que se colocam estrategicamente como representações críticas e ao mesmo tempo como mobilizador das lutas sociais, sem perder de vista o fundamento histórico da miséria no Brasil.

Palavras chave: Mapeamento social; Solidariedade; Assistência Social; Covid-19; Direitos sociais.

1. A COVID-19: ILUMINANDO OS “CANTOS” DA DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL

Presente nos anos quarenta, cinqüenta, sessenta ou mesmo setenta, a palavra pobreza foi identificada como reconhecimento do baixo poder aquisitivo, da exploração assalariada. A partir dos anos oitenta, a miséria torna-se condição substantiva, explicativa desta temporalidade, tendo como significado a situação de carência absoluta dos meios de subsistência, indigência, penúria, ou seja, condição do que possa ser considerado vergonhoso, deplorável, infâmia e torpeza. Enfim, como registra o dicionário: aquele que caiu em desgraça. CONCEIÇÃO (p.167, 2005).

Temos vivido, em grande medida atônitos, o começo da segunda década do século XXI marcada pela acelerada mundialização da epidemia da síndrome respiratória aguda grave, chamada de COVID-19²⁹, sendo declarada já em março de 2020 como pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Em menos de 3 meses, desde seus primeiros casos na cidade chinesa de Wuhan, China, ainda em 2019, atingiu o Brasil, registrando o primeiro caso em fevereiro de 2020, chegando ao Rio Grande do Sul em 10/03/2020³⁰.

Durante a Pandemia, entre Março de 2020 e 15 de Novembro de 2021 o Estado do Rio Grande do Sul atingiu o número de 1.480.215 casos e 35.814 óbitos reconhecidos como fruto do descaso do Estado Brasileiro pela saúde coletiva do Brasil. No Brasil o total de casos até Novembro de 2021 é de 21.957.977 e óbitos 611.283³¹.

23 O termo “COVID-19” é uma abreviação de Corona Virus Disease, algo como “doença de coronavírus” (MÓDOLO; BRAGA, 2020).

24 <https://saude.rs.gov.br/confirmado-o-primeiro-caso-de-novo-coronavirus-no-rio-grande-do-sul>

31Fonte de dados: CORONAVÍRUS Brasil. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>>. Último acesso: 15/11/2021.

A expansão da doença COVID-19 permite observar os caminhos da precarização da vida social, sobremodo do desmonte da estrutura dos serviços públicos alicerçada no projeto de financeirização de todos os direitos sociais para que se tornem mercadorias. Todavia, a perspectiva política e ideológica forjada nas representações capitalistas do espaço, como o espaço da miséria descolado dos espaços da riqueza como realidades distintas, situam no trabalhador o ônus de sua pobreza deslocando assim o entendimento radical de que só é possível gerar riqueza, ou melhor concentrar a riqueza, com a geração da pobreza. Sob a ótica capitalista o pobre, portanto é doente, não tem dinheiro e nem casa porque não trabalhou o suficiente para ter condições dignas de vida, para a ideologia dominante, é por isso que “vive em lugares sujos, sem saneamento, distantes das importantes centralidades”.

Omite-se do debate que o lugar onde se vive é produzido pelas condições as quais se vive e que em meio à Pandemia o dilema, morrer de COVID-19 ou morrer de fome realiza uma relação explícita entre a Geografia e o Serviço Social uma vez que é no lugar dos não proprietários que a ausência do Estado é cada vez mais presente, e permanecer no lugar sem condições efetivas de isolar-se socialmente ou sair para trabalhar torna-se um problemático dilema, Guimarães (2020) problematiza:

De que adianta proteger a própria saúde se o preço disso é não conseguir colocar comida na mesa? Com versões variadas, frases como essa têm permeado o discurso de empresários, gestores e entidades que reivindicam o fim do isolamento social como estratégia de controle do coronavírus no Brasil. O dilema parece real. A saída é que merece ser discutida: afinal, há quem garanta que, mais do que evitar a oposição entre saúde e economia, como tem sido defendido, o caminho é recuperar a articulação originária da saúde com outras políticas sociais. (GUIMARÃES, 2020).

Persiste, portanto, a *questão social* sob a qual Engels (2020, original de 1845) revela a falência “civilizatória” do capitalismo e a não superação da pobreza via medidas filantrópicas ou de moralização para a minimização da miséria, uma vez que ela está implicada a este “projeto civilizatório”. Ao trabalhador despojado do trabalho, moradia, alimentação e da possibilidade de acessar a terra para viver, resta a vergonha, a fome e a armadilha da culpabilidade da sua miséria em decorrência da perda de sua dignidade meritocrática socialmente referenciada.

Apesar de um curto período dos governos democráticos que sinalizaram possibilidades de criar condições para que o Estado instituísse políticas em direção a minimizar a miséria, poucos foram os avanços estruturais no combate à desigualdade e da consolidação de direitos sociais conquistados mundo afora durante o Século XX.

A ampliação do empobrecimento da população brasileira, em franca aceleração com a crise econômica e política, agravado pela expansão da Pandemia e o polêmico retorno do Brasil ao Mapa da Fome no ano de 2018 (talvez a volta dos que nunca foram, “saiu em 2014”) escancara o aprofundamento da fome e da precariedade das condições materiais da vida de muitas famílias brasileiras.

A leitura geográfica da miséria, como alerta Conceição (2005) reivindica o entendimento de que a apropriação do espaço é perversamente desigual e em meio à uma crise sanitária estar em meio à multidão ou isolado não é uma questão de localização, pontual, absoluta, mas de situação, requer um entendimento do contexto espacial e político revelando as relações sociais que produzem essa “localização”.

Há um conteúdo do isolamento social fortemente desigual, é preciso reconhecer a contradição evidente nas retomadas indígenas, acampamentos de camponeses sem terra, territórios em processos de demarcação de quilombos, ocupações urbanas, vilas e favelas nas quais os povos indígenas, quilombolas, camponeses e a classe trabalhadora sempre foram isolados, desestruturados, fragmentados e segregados, sem-terra, sem moradia, sem trabalho, sem emprego ou condições de manter-se em segurança e proteção, mas que precisam estar em meio à multidão à procura das condições de defesa da vida como um direito elementar, porém radical.

Contraditoriamente o isolamento social apresenta-se como um direito, o direito à vida, que neste país se faz no limite da sobrevivência e neste limite resistir é não morrer de fome. A estratégia possível é a solidariedade, que se realiza concretamente entre iguais, entre aqueles que têm como dividir e aqueles que não tem como se multiplicar.

Foi incrível a velocidade de ações e mapeamentos sobre a realização da solidariedade pelo Brasil em um ou dois meses de avanço da COVID-19, é expressão da força histórica de um povo que sofre cotidianamente a violência e a pobreza, povo que teima em ficar em pé e em solidariedade. Se por um lado estas ações populares se multiplicaram por todo o território nacional, por outro lado o Estado brasileiro se retirou como força política necessária para a produção de condições materiais estruturantes para o enfrentamento da pandemia agindo em acordo com sua política fundamenta nos processos de financeirização:

Com as medidas de quarentena e isolamento social, milhões de trabalhadores sofreram as consequências, ao lidar com a parada temporária das atividades laborais, e outros 11 milhões ficaram desempregados entre os meses de março e maio, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esse quadro

impeliu o Estado Brasileiro a atuar diretamente no amparo à população mais vulnerável por meio da criação de uma medida de proteção social denominada Auxílio Emergencial. O objetivo do auxílio não é transformar as estruturas da profunda desigualdade social vigente no país, mas sim fornecer condições materiais mínimas de sobrevivência durante a pandemia.

O Auxílio Emergencial é um benefício financeiro de proteção social destinado às pessoas diretamente afetadas pela situação extraordinária provocada pela pandemia do novo coronavírus - COVID-19. Foi sancionado através da lei nº.13.932 pelo presidente da República no dia 02 de abril de 2020. A lei é uma alteração na Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre os parâmetros adicionais de caracterização da circunstância de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada (BPC). LANDA ET AL (2020, p.111).

Conforme amplamente discutido nas pesquisas do Serviço Social no Brasil, quando se definiu a Saúde como parte da Seguridade Social a Constituição Federal de 1988 já reconhecia a necessidade de articular as políticas da saúde, assistência social e previdência, uma vez que o Sistema Único de Saúde não garantiria a saúde coletiva e as condições de vida da classe trabalhadora, mesmo fora do contexto pandêmico ou de calamidade pública. Portanto é necessário um Estado Social que garanta a regulação das ações econômicas e sociais de modo a proteger a classe trabalhadora dos efeitos da desigualdade. No entanto, assistimos a opção política do Governo Federal ao articular-se com a lógica da financeirização, sobretudo com o enfoque na proposição Auxílio Emergencial³² em articulação com os Bancos, em detrimento da constituição de Programas e ações emergenciais no que diz respeito à moradia, renda e alimentação.

Conforme Nota Técnica “SUAS E PROTEÇÃO SOCIAL NA PANDEMIA COVID-19”, elaborada pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Seguridade Social e Assistência Social da PUC de São Paulo:

Destaca-se, desse exame a indicação de que o SUAS³³ deveria estar sendo acionado

32 O valor estabelecido (R\$ 600) é três vezes maior do que o proposto inicialmente pelo governo federal, e nitidamente dirige-se na contramão das políticas de assistência social, moradia e alimentação, pois os equipamentos públicos não se fazem suficientes em relação ao contingente que já possuía uma grande demanda, e que com a Pandemia teve um aumento significativo. O Estado voltou seu olhar para as empresas, “protegendo” o setor, financeirizando a economia e alavancou diversos prejuízos para a maior parte da população - a população pobre.

33 O SUAS - Sistema Único de Assistência Social - foi criado em 2005, pela NOB - SUAS/05 em resposta à forte exigência dos representantes municipais na IV Conferência Nacional de Assistência Social. O embrião dessa proposta já aparecia nas discussões do período constituinte. Ele é expressão da gestão estatal, não tem navegações pela filantropia ou

pelo Governo Federal (Proposta 8), e reforça no item 114 sobre desarticulação do auxílio emergencial com a Rede SUAS, o que tende a explicar o acréscimo de dificuldades enfrentadas pela população para sua inclusão na atenção em agências bancárias. Foi constatado que 21,2 milhões de pessoas se apresentaram fora do CADÚnico, dentre estas 734 mil pessoas não sabem ler nem escrever, 2,7 milhões moram em domicílios onde ninguém tem acesso à internet, em geral comunidades de povos tradicionais ou moradores em enclaves. As unidades do SUAS, e seus serviços socioassistenciais não são providos de apoio tecnológico, não contando com celulares e computadores móveis para facilitar a relação de atenção às/os cidadãs/os usuárias/os. (SPOSATI, 2020, p.25).

A instabilidade política e econômica promoveu uma prática de isolamento social sem uma proposta efetiva de distanciamento social com condições mínimas para que a classe trabalhadora permanecesse em casa e pudesse desacelerar o avanço da doença e até mesmo permitir o estudo e a organização de uma política sanitária e da saúde no Brasil.

Esse é o caso de 13,6 milhões de pessoas que vivem em favelas no Brasil, segundo dados de uma recente pesquisa desenvolvida pelos institutos Data Favela e Locomotiva. No último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, esse número era de 11,4 milhões. Já segundo Geovana Borges, presidente da Central Única de Favelas (Cufa) de São Paulo, essa população hoje beira os 16 milhões. “O que o IBGE chama de aglomerados subnormais nós chamamos de favela”, explica. (GUIMARÃES, 2020).

Essa realidade impulsionou estudantes, professores e servidores técnicos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) do Campus Litoral Norte, vinculados ao Projeto SIG Litoral, mobilizarem-se junto às ações de solidariedade na região e igualmente defender os direitos sociais conquistados e trabalhar na reivindicação daqueles que não foram constituídos, mas estão previstos constitucionalmente. Neste tempo histórico vivemos a desestruturação das políticas sociais de Estado e a luta contra a perda de direitos sociais parece subversiva, na pandemia, lutar pela vida é revolucionário.

Ao mesmo tempo em que é lida como lugar do turismo, como se fosse o quintal de veraneio da região metropolitana de Porto Alegre, a região do Litoral Norte do Rio Grande do Sul é marcada pela diferença de povos com a presença de indígenas, quilombolas, camponeses e pescadores, um processo de apropriação territorial que se realiza em luta pela demarcação de terras e territórios e na defesa da permanência na terra. Essa realidade não é trabalhada a contento nos projetos de desenvolvimento econômico para a região, tampouco está sendo profundamente considerada neste momento da Pandemia.

pelo patriarcalismo em sua construção, ainda que não se possa afirmar que seus gestores sejam todos republicanos. (SPOSATI, 2020, p.13).

Nesse contexto, em conjunto com o *Koletiv Orangotango*³⁴ elaborou-se entre o mês de março e abril de 2020 um mapa interativo em colaboração com lideranças comunitárias, objetivando apresentar ações promovidas pelo Litoral Norte do Rio Grande do Sul: Solidariedade e assistência social (COVID-19) - Litoral Norte / RS (<https://www.ufrgs.br/sig/mapas/solidariedade-covid19/>).

Além de fortalecer a mobilização social, objetivava-se mapear as políticas sociais e diferentes benefícios pré-existentes ou criados no contexto da pandemia nos municípios do Litoral Norte do Rio Grande do Sul³⁵ para o enfrentamento do *Estado de Alerta*. E além de mapear, aproximar-se da compreensão do processo de estruturação regional da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), aprovada no ano de 2004³⁶.

Para a realização desta investigação a equipe de trabalho levantou e sistematizou os decretos municipais entre os meses de Março e Agosto de 2020 e entre os meses de Julho e Dezembro de 2020 foram realizadas entrevistas com as Secretarias de Assistência de 09 municípios da região: Tramandaí, Imbé, Osório, Capão da Canoa, Arroio do Sal, Palmares do Sul, Mostardas, Cidreira e Santo Antônio da Patrulha.

Trabalhamos a relação dialética entre solidariedade e assistência, o mapa como presença, na representação espacial da busca pela sobrevivência via solidariedade de classe e como ausência, na representação espacial do vazio do Estado da negação da garantia da vida da classe trabalhadora, a representação da iminência da Política da Assistência Social como necessidade, uma presença-ausência, como discute Henri Lefebvre (2006).

A articulação entre o monitoramento do avanço da COVID-19 e as condições da população permitiu ao *projeto SIG Litoral UFRGS* avançar no debate sobre a relação entre a produção de dados geospaciais, a sistematização e disponibilidade de informações e as

34 O Coletivo Orangotango é um grupo que tem por enfoque atuar com outros coletivos referentes à cartografia crítica e mapas de resistência do mundo inteiro. Mais detalhes em: <https://orangotango.info/>, acesso em: 15 de nov. 2021.

35 Regionalização utilizada referente à Associação dos Municípios do Litoral Norte (AMLINORTE): Arroio do Sal, Balneário Pinhal, Capão da Canoa, Capivari do Sul, Caraá, Cidreira, Dom Pedro de Alcântara, Imbé, Itati, Mampituba, Maquiné, Morrinhos do Sul, Mostardas, Osório, Palmares do Sul, Santo Antônio da Patrulha, Tavares, Terra de Areia, Torres, Tramandaí, Três Cachoeiras, Três Forquilhas e Xangri-lá. (<http://www.amlinorte.org.br/>).

36 Política Nacional de Assistência Social PNAS/ 2004. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf

possibilidades de ampliação do debate público e da participação social no que diz respeito às políticas da saúde, da assistência social, da previdência e da educação.

2. MAPEAR É MOBILIZAR: O CLARO-ESCURO DA SOLIDARIEDADE E ASSISTÊNCIA³⁷

*Apesar de você
Amanhã há de ser
Outro dia
Você vai ter que ver
A manhã renascer
E esbanjar poesia (...)
Chico Buarque*

Todo mapeamento envolve projeto político, mobilização e prática espacial. Mapeamentos forjados nas mobilizações populares exigem comprometimento social com a realidade; reconhecimento político das forças populares e amplo debate sobre estratégias de ação e articulação com lideranças comunitárias.

Compreende-se que Mapas como representações são mediações espaciais que indicam, viabilizam, simbolizam e materializam a luta pelo/no/do espaço. Seu processo de elaboração, o mapeamento, potencializa-se como possibilidade de captura das representações no tocante à produção do espaço social, seu uso e dominação, bem como da clareza deste processo. Ou seja, é capaz de indicar as relações conflituosas e contraditórias entre a dominação, o controle, a apropriação e o uso do espaço historicamente determinadas, chaves para a compreensão da formação sócio-espacial das diferentes sociedades. BATISTA (2014, p.138).

Portanto, mapear a realidade social não se trata simplesmente colocar um ponto no mapa. No *Mapa da Solidariedade e Assistência* promoveu-se o encadeamento entre os trabalhos realizados nas diferentes comunidades e a preocupação na qual os postos mapeados

37 No processo de mobilização parte dos pesquisadores envolvidos, assim como lideranças comunitárias estiveram em canais de comunicação promovendo as ações solidárias e problematizando o direito aos benefícios sociais. Para mais informações: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/noticias/mapa-reune-informacoes-sobre-aco-es-solidarias-no-litoral-norte-do-estado>; <https://www.litoralnarede.com.br/ufrgs-elabora-mapa-com-informacoes-sobre-aco-es-solidarias-no-litoral-norte/>; <https://correiadoimbe.com.br/mapa-reune-informacoes-sobre-aco-es-solidarias-no-litoral-norte/>.

Ver também: entrevistas: Rádio Maristela, sobre as ações do Mapa da Solidariedade, ao vivo, em 23 de abril de 2020 (<https://www.facebook.com/radiomaristela/videos/682312865868433>). Foram concedidas entrevista na Rádio Osório, nos meses de Abril; Maio; Agosto; Setembro e Outubro sobre Mapa da Solidariedade e Assistência Social e as doações destinadas às comunidades tradicionais.

estivessem forjados em práticas concretamente solidárias e não situados fora da necessidade real das famílias que precisam modificar suas condições materiais básicas de enfrentamento da pandemia.

Neste processo foi fundamental sinalizar e destacar os mecanismos de acesso aos direitos sociais, benefícios públicos e outras ações comunitárias que devem chegar para toda a classe trabalhadora, aos camponeses, quilombolas e povos originários. Ao mesmo tempo disponibilizar informações sobre as necessidades das ações solidárias, colocando em contato pessoas que queiram fortalecer o apoio às famílias que necessitam de doações para garantir suas condições básicas de alimentação, higiene e saúde e publicizar as ações de solidariedade para que muitas famílias possam se manter em meio à pandemia.

Iniciou-se pelo trabalho nos municípios com a presença de lideranças parceiras ligadas a outros projetos do Campus Litoral Norte da UFRGS, posteriormente buscou-se uma articulação entre as redes de solidariedade existentes em diferentes comunidades. Importante destacar que estudantes da universidade têm trabalhos de pesquisa e atuação política junto a comunidades urbanas, quilombolas e indígenas, sendo alguns/algumas parte da comunidade. Além de fortalecer a mobilização social, o mapeamento tornou-se uma ação de Extensão e aproximou a universidade de lideranças comunitárias do Litoral Norte do Rio Grande do Sul.

3. O MAPA COMO PROCESSO: O MAPEAMENTO!

O debate realizado em BATISTA (2014) problematiza a cisão entre o mapa, como produto, e o mapeamento, seu processo de produção. Para a autora mapa é processo. As definições técnicas de mapeamento o reduzem às diferentes etapas de aplicação de procedimentos de desenho “cartográfico” e o georreferenciamento de objetos (uma coleção de dados e/ou informações espaciais) ou “fenômenos” no espaço, com vistas à obtenção de uma representação gráfica da realidade espacial perceptível/física e imediata, comunicada visualmente a partir da associação de símbolos e outros recursos gráficos. No entanto, BATISTA (2014, p.138) sugere que “o processo cartográfico confere materialidade às ações e às representações socialmente produzidas”.

Ao menos três momentos são estruturantes nos processos de mapeamento: a concepção, a produção e o uso do mapa. No entanto, o uso do mapa não se realiza dissociado da apropriação espacial que orienta o projeto político do mapa: “Assim confere-se ao uso do mapa, ao menos, duas atribuições fundamentais: o diagnóstico da condição espacial e as

estratégias de dominação e/ou apropriação, ou seja, de sua produção”. BATISTA (2014, p.139). No *Mapa da Solidariedade e Assistência*, três questões se colocaram:

1. A necessidade das famílias e os limites da organização popular para “resolver” o problema da fome: A ação de arrecadação no seio das comunidades certamente é entendida como emergencial, apesar da instabilidade do momento inicial da Pandemia e da impossibilidade em prever por quanto tempo a ação seria necessária. É importante reforçar: a necessidade dessas doações mantém-se, tem diminuído o volume de arrecadações e aumentado o volume de necessitados.

Multiplicaram-se ações do Estado em parceria com supermercados por todo o Litoral para arrecadação de alimentos, o que retirou em grande parte a responsabilidade do Estado em dar condições às famílias, uma vez que em muitos municípios não houve empenho de recursos públicos para atender a demanda da alimentação, além disso, muitas destas campanhas não tiveram gestão social para que fossem atendidas famílias que mais necessitavam. Portanto, se colocou como necessidade o mapeamento das ações do Estado nesta direção, o ponto de partida foi mapear os postos de atendimento da Assistência Social Básica, os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), e as agências da Caixa Econômica Federal com as informações do Auxílio Emergencial.

2. O debate sobre o significado em estar no mapa: discutiram-se fortemente singularidades deste momento político, até a definição de quais campanhas de arrecadação poderiam ser mapeadas e como ir ao encontro das ações comunitárias. Colocar no mapa as lideranças é também mapear as resistências populares e ao mesmo tempo corre-se o risco de legitimar a explosão das práticas assistencialistas e eleitoreiras em ano de campanha eleitoral em nível municipal, como foi o caso do ano de 2020. Soma-se ao contexto político a necessidade imposta pela pandemia com o cuidado sobre os deslocamentos e o contato social para a coleta e entrega de arrecadações.

É importante demarcar esse debate, pois faz parte da concepção política do mapa, ao assumir o mapa como processo, optou-se por mapear as ações comunitárias, não mapear os pontos de arrecadação em supermercados a fim de evitar as práticas assistencialistas. Não podemos afirmar que elas não estejam no mapa, uma vez que a aproximação de lideranças à distância impede compreender profundamente as contradições das ações solidárias.

Portanto, o processo de mapeamento se deu em torno da organização das comunidades e de suas estratégias de arrecadação, porque entende-se que esta prática está inserida e respaldada pela solidariedade e não pela lógica de mercado.

3. A necessidade de comunicação constante, seja para divulgação dos postos de solidariedade, seja de comunicação entre as lideranças. Para fortalecer as arrecadações foi fundamental manter o contato com as rádios e com as redes sociais, foram realizadas participações em jornais locais, rádios, entrevistas e a criação de um perfil no *Instagram*³⁸ que apresenta os dados de cada posto de solidariedade identificado, explicando o passo a passo de como se somar ao mapa e quais os sujeitos envolvidos no mapa.

A partir do envolvimento com as ações de solidariedade emergiu o posto de arrecadação da própria UFRGS para atender especialmente às comunidades quilombolas, indígenas e comunidades urbanas que vivem nas periferias. Essa ação de seu especialmente por avaliarmos em meados de Maio de 2020, que alguns postos comunitários apesar de se colocarem no mapa, não receberam doações externas às comunidades. Em síntese, a concepção do mapa se desenvolveu por meio dessa articulação:



Figura 1: Elaborado pelos autores, 2020.

Para além da solidariedade, o mapa coloca a assistência social como ação fundamental a ser mapeada. Em princípio o projeto do *Mapa da Solidariedade e Assistência* buscava mapear estas ações e evidenciá-las no mapa, no entanto, a busca por dados públicos via documentos encontrados na internet, tais como decretos e sites oficiais das prefeituras municipais, mostrou-se inócua, como será discutida adiante. Algumas ações pontuais foram encontradas nas redes sociais de Secretarias municipais e em geral trabalhos envolvendo parcerias público-privadas. Portanto, no mapa apenas os CRAS e a Caixa Econômica Federal foram apresentados.

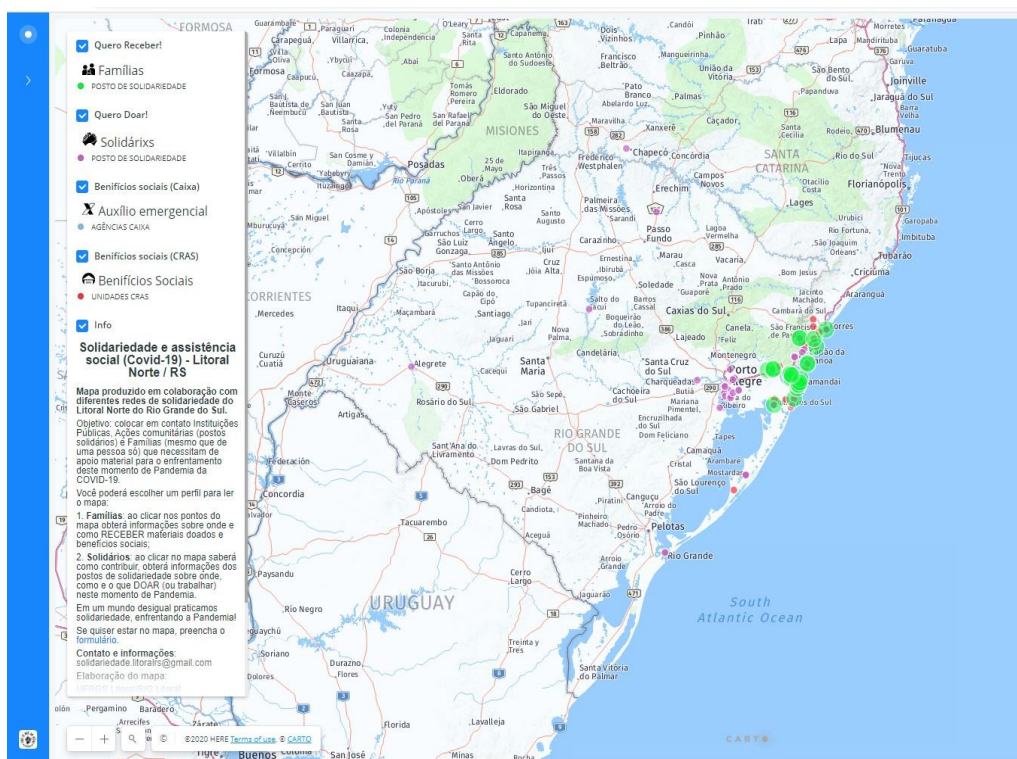
38 Para seguir: <https://www.instagram.com/mapadasolidariedade/>.

É preciso cunhar um projeto cartográfico que parta do chão, não que seja uma metodologia replicável em todos os processos de mapeamento, mas que considere os sujeitos sociais dos processos, as lutas sociais, o questionamento sobre os ordenamentos territoriais, o movimento da realidade ancorado nas relações sociais que produzem esse espaço.

Este caminho fortalece uma cartografia, sobretudo uma geografia, que se colocam politicamente nos processos de mobilização social, de luta não apenas por direitos, um status jurídico contraditoriamente importante, mas acima de tudo na luta pela vida, ainda que em muitos momentos seja pela sobrevivência.

4. PROJETO CARTOGRÁFICO: COMO PROMOVER A INTERAÇÃO?

O projeto do mapa “SOLIDARIEDADE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO LITORAL NORTE - RS” partiu da necessidade em colocar em interação as ações comunitárias, as pessoas que fortalecem a rede solidária de apoio e as famílias (mesmo que de uma só pessoa) que necessitam de apoio material para o fortalecimento das condições de vida e saúde para o enfrentamento deste momento de pandemia da COVID-19³⁹.



Fonte: https://bit.ly/mapa_litoral_solidario

39Para a leitura do mapa foi elaborado uma série de cards informativos que podem ser vistos em: <https://www.instagram.com/p/B_ihwBoBrQp/>.

O mapa tem dois perfis: os **Solidários**, denominamos assim as pessoas que desejam contribuir com as ações de solidariedade – seja doando alimentos ou produtos de higiene, seja trabalhando de forma voluntária – e as **Famílias**, que precisam receber doações, assim como ter conhecimento sobre a política de Assistência Social e acessar os benefícios públicos, caso haja em seus municípios. Estes públicos constituíram nossa chave de legenda, com os ícones a seguir:



FIGURA 2: Chave de legenda (elaborado pelos autores, 2020)

O mapa indica aos Solidários os locais de recebimento de doações, com informações como: endereço, horário de funcionamento, quais produtos esses postos arrecadam e se precisam de trabalho voluntário. Já as famílias podem acessar a informação sobre os postos solidários para saber onde e como receber doações. Dessa forma, pessoas que querem ajudar nas iniciativas solidárias, mas não sabem como, podem descobrir aonde ir e quais as demandas de determinados municípios ou comunidades. E, por outro lado, as famílias desassistidas podem se informar sobre onde buscar algum tipo de apoio, seja de ações de solidariedade ou de benefícios públicos.

No que diz respeito aos benefícios sociais mapeou-se a localização dos CRAS, importante acesso à política de Assistência Básica, localizamos 26 CRAS nos 23 municípios do Litoral Norte. Além disso mapeou-se a localização das agências da Caixa Econômica Federal com as informações sobre o auxílio emergencial, onde era possível realizar o cadastro de trabalhadores informais, microempreendedores individuais e desempregados para obter o auxílio emergencial. Com as seguintes legendas do quadro a seguir.

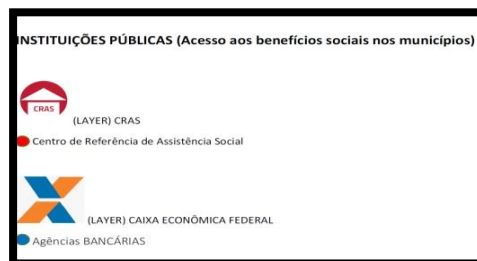


FIGURA 3: Instituições Públicas (elaborado pelos autores, 2020)

Tendo em vista a dificuldade de leitura de mapas pela população brasileira em geral foi elaborado um card de divulgação orientando sobre a leitura do mapa. Sabemos que o difícil acesso à rede de internet; a recém entrada da UFRGS no Litoral Norte e, portanto, pouco conhecida na vida da sociedade local e da baixa adesão da leitura de mapas no cotidiano, os mapas foram pouco lidos pelas famílias necessitadas. No entanto considerou-se a possibilidade de conhecidos, amigos e vizinhos pudessem a partir do mapa levar estas informações assim o foco está em mobilizar as arrecadações.

Para o preenchimento de informações sobre a organização dos locais de arrecadação, que chamamos de postos de solidariedade, utilizamos um formulário online, na plataforma *Google Forms*. A página é colaborativa: a comunidade pode sugerir a inclusão de novos locais preenchendo o formulário disponível no link <https://bit.ly/2Vbfhua>.

Com base na concepção do mapa propusemos dois perfis de respondentes dos formulários: lideranças comunitárias, compartilhando o trabalho comunitário, e o poder público, compartilhando políticas, programas e ações de Estado ou emergenciais de Governos. Importante dizer que a ideia era que o poder público preenchesse o formulário com informações sobre os benefícios sociais, no entanto o que ocorreu é que alguns municípios responderam também cadastrando postos de arrecadação.

Cada pergunta elaborada aos que denominamos “solidários” foi essencial para a estruturação do projeto cartográfico, partindo desde a autodeclaração da instituição como “comunitária” ou “pública”, até mesmo o reconhecimento da sua localização.

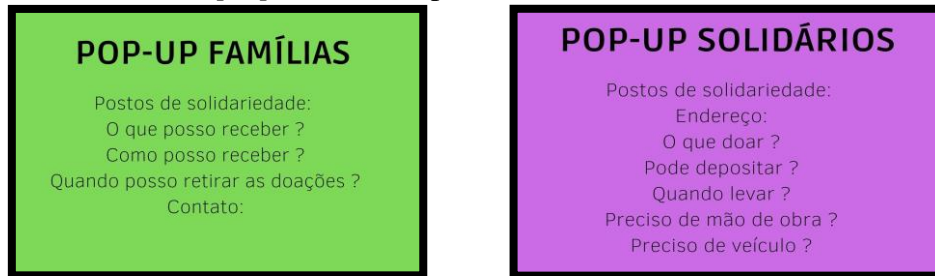
Ao contatar as lideranças comunitárias notou-se uma dificuldade destas em identificar a localização precisa dos postos de arrecadação, tanto pelo endereço nos serviços de pesquisa (*Google Maps*) quanto na interpretação destas plataformas de “mapeamento”, essa questão é fundamental, uma vez que muitos postos ficam nas periferias e nem todos os endereços estão corretos ou são facilmente localizados. Alguns dos formulários foram preenchidos pela equipe técnica de trabalho do mapa em diálogo com as lideranças, foram coletadas as informações sobre o que era sugerido pelo solidário para doação, se a instituição/associação tem conta bancária, pix e os horários recomendados para doação. Além disso, foram coletadas informações relativas ao apoio logístico, necessidade de trabalho para a recepção e na entrega das doações.

Há uma distinção sobre as informações do que diz respeito às arrecadações e para quem se destina a entrega, para que seja possível criar os dois perfis: “Famílias” e “Solidários”. Pois, se o posto solidário já tem as famílias para as quais as arrecadações serão destinadas não há como disponibilizar informações para que outras famílias recebam o apoio daquele posto solidário.

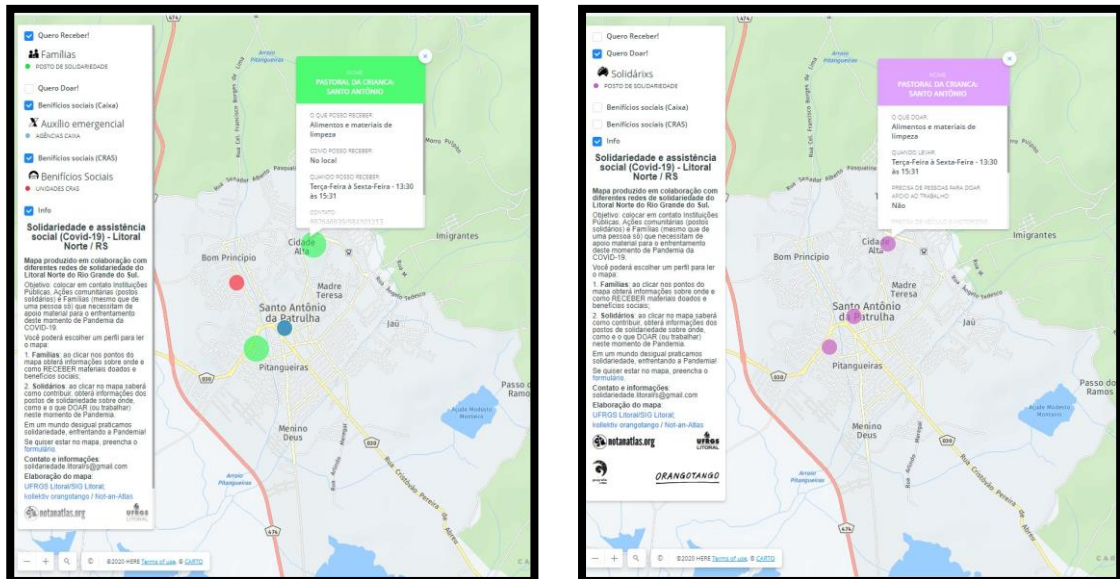
Caso exista já esta rede de entregas, o ponto entra apenas no perfil “Solidários” (apenas recebendo doações), caso não haja, o ponto vai para o perfil “Famílias”, a qual recebe as doações e pessoas que precisam podem ir até o local para a retirada desses mantimentos. Essa diferenciação gera duas categorias diferentes de informações para a composição de uma legenda no estilo *pop-up*:

FIGURA 4: *Pop-up* (elaborado pelos autores, 2020).

FIGURA 5:



Visualizações do mapa por perfil de leitores (Elaborado pelos autores, 2020)



Ao fim do questionário, pergunta-se às lideranças e/ou servidores públicos se autoriza a divulgação das informações fornecidas. Estar no mapa, é estar conscientemente mapeado, para além do consentimento formal, há um processo de mobilização da equipe de **Boletim Gaúcho de Geografia v.48/nº 1**

trabalho junto às lideranças comunitárias. Todavia houve entendimentos pontuais de que a universidade estaria fazendo o trabalho do serviço social, como se estivéssemos fazendo o cadastramento para a Assistência Social, mas assim que identificadas essas incompreensões foram devidamente explicadas, assim como algumas pessoas de modo individual procuraram o projeto para pedir cestas básicas e doações, mas também foram explicadas as condições do mapa.

Todos estes dados foram transferidos para o programa de gestão de tabelas do *Google*, com base nessas informações foram produzidas tabelas de referência com configurações adequadas para posteriormente serem transferidas para a plataforma de mapeamento. Apesar de inúmeras tentativas, não foi possível importar dados direto do formulário do *Google* para realizar a análise e configuração desejada.

Uma das discussões amplamente realizadas foi em qual plataforma mapear. Para este tipo de mapeamento a escolha da plataforma não se dá apenas por aquilo que dominamos, mas tem que levar em consideração alguns pontos importantes: como é possível realizar as interações entre os leitores do mapa, os produtores das realidades mapeadas e aqueles que tecnicamente mapeiam.

O debate sobre a interação tem dois pontos cruciais: o design do mapa e a capacidade da interação dos mapas colaborativos, que é fundamental do ponto de vista comunicativo e a responsabilidade sobre os dados e as ações políticas mapeadas, ou seja, é preciso discutir e trabalhar sobre plataformas nas quais podemos ampliar nossa proteção sobre os dados e um processo de atualização que possa ser controlado tecnicamente e socialmente por quem mapeia. Esse debate está só em seu início, há algumas experiências de novas plataformas criadas experimentalmente fora deste sistema internacional de controle de dados.

Entre as opções elencadas pela equipe estavam as plataformas⁴⁰ *Google MyMaps*, *ArcGIS Online*, e a plataforma CARTO. A primeira possui uma metodologia mais prática, facilitada pois é possível vincular os dados diretamente ao *Google Maps*, algo mais acessível bem como de fácil interpretação, porém em relação ao visual não tem o perfil desejado pelo grupo. O *ArcGIS Online*, plataforma de teor técnico e de difícil compreensão à quem não possui um conhecimento prévio de leitura de mapas e/ou equipamentos semelhantes. Já a

40<https://www.google.com/intl/pt-BR/maps/about/mymaps/> (Google My Maps), <https://www.arcgis.com/index.html> (ArcGIS Online), <https://carto.com/> (CARTO).

plataforma CARTO, embora de elaboração muito complexa com linguagens de marcação (HTML e CSS), possui um layout de fácil interpretação, e devido este ponto, foi escolhida.

Essa discussão é pertinente neste momento dos mapeamentos colaborativos e em meio digital, pois cada vez mais estamos nas mãos das megacorporações da comunicação e dos fluxos de informação, os programas nos quais mapeamos retém toda informação sobre os processos de resistência. Após os debates escolhemos trabalhar com a plataforma CARTO⁴¹.

Tecnicamente foi necessário georreferenciar os endereços preenchidos pelos respondentes do questionário para coordenadas geográficas em conversão decimal. Como última etapa dividimos os dados das tabelas nos dois perfis do mapa.

Com a formatação dos dados já concluída, partimos para a plataforma, onde utilizamos a ferramenta de criação de *layers* a partir das tabelas citadas. Além desses, foram inseridos mais dois *layers* (duas camadas). O primeiro contendo dados sobre as agências Caixa Federal, localizadas no Litoral Norte, com informações sobre o funcionamento do Auxílio Emergencial, o outro segundo *layer* continha informações sobre as unidades CRAS da região.

Com todas as camadas já inseridas realizou-se um processo de criação de *pop-ups* nos pontos de cada um dos *layers*, estes continham informações vindas das tabelas antes mencionadas. Os *pop-ups* foram modificados utilizando a ferramenta de modificação do código CSS e HTML padrões do site, esse foi também o método que utilizamos para estilização da legenda posteriormente.

O mapa foi lançado no dia 13/04/2020 e continua público e apesar das dificuldades de arrecadações durante o ano de 2021 está em processo de atualização. Foram articuladas outras redes além das lideranças do Litoral Norte do RS, como pontos na Região Metropolitana de Porto Alegre junto ao trabalho do Ateneu Libertário: a batalha da Várzea⁴², assim como junto ao Conselho Estadual dos Povos Indígenas do Rio Grande do Sul⁴³. Foram mobilizadas 50 lideranças comunitárias e mapeados 97 postos de solidariedade sendo 47 em municípios além dos municípios do Litoral Norte⁴⁴. O processo de mapeamento contou com

41Essa plataforma não é de uso gratuito, no entanto surgiu como possibilidade a partir da colaboração do Kollektiv Oranotango (kollektiv oranotango / Not-an-Atlas) que a utiliza em diferentes projetos de mapeamentos de cunho político-social em diversos países.

42 <https://pt-br.facebook.com/abatalhadavarzea/>

43 <https://pt-br.facebook.com/cepirs>

uma equipe de 19 pesquisadores.⁴⁵

Estima-se que o volume de ações de solidariedade entre moradores por toda a periferia das grandes cidades e por diferentes comunidades no Litoral foi muito superior ao mapeado, principalmente entre os meses de Abril e Junho, sobretudo pela dimensão espacial do Litoral Norte do Rio Grande do Sul e das iniciativas históricas nas comunidades de ações focadas entre vizinhos e amigos, assim como a ação de grupos de diferentes matrizes religiosas. O diálogo com as lideranças mostrou a multiplicidade de ações entre as famílias que recebiam as doações e a partilha permanente de cestas entre mais de uma família e até mesmo ações pontuais de solidariedade. O quadro a seguir resume a movimentação do mapa:

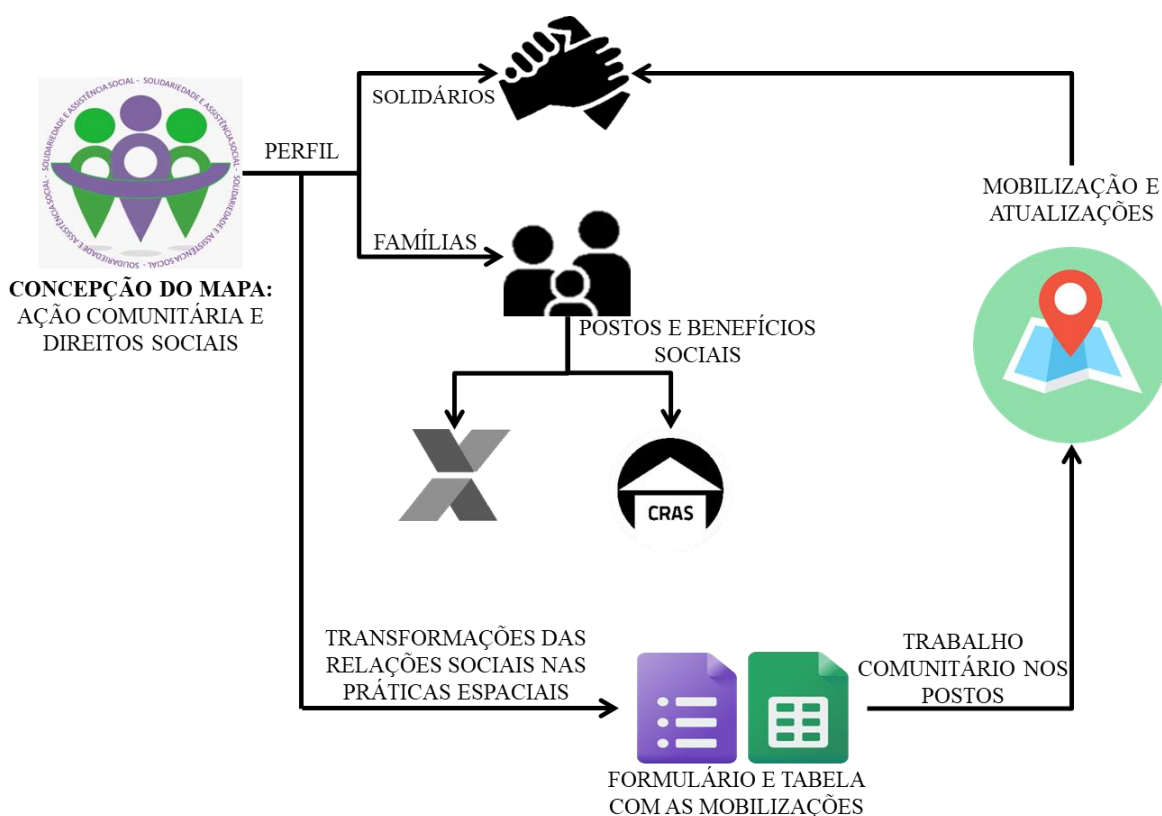


FIGURA 6: Concepção do mapa (Elaborado pelos autores, 2020).

44 Regionalização utilizada referente à Associação dos Municípios do Litoral Norte (AMLINORTE) (<http://www.amlinorte.org.br/>).

45 Ver ficha técnica na página: <https://www.ufrgs.br/sig/mapas/solidariedade-covid19/>. Equipe: Profa. Dra. Sinthia Cristina Batista, Paul Schweizer (Universität Hamburg / kollektiv orangotango / Not-an-Atlas); Gabriel Amoretti Franco; Isaac Goulart da Silva; Sthefania Kappel Pinzon; Juliana Camboim; Maria Augusta de Quadros Fabrício; Nina Lopes; Henrique Ferreira Galvão; Hector Cardoso do Amaral; Juliana Borba; Carla Colombo Muniz; Marcos de Araújo Carvalho; Pedro Neto da Silveira Zanella; Bárbara Ortiz Costa; Patrique Santos dos Santos; Clícia Machado de Souza; Michele Barcelos Doebber e Isabel Ayala.

5. O QUE A PANDEMIA MOVIMENTA: O DEBATE DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - ESTUDAR, TRABALHAR E SOBREVIVER...

No processo de realização desse trabalho, sobretudo na busca sobre informações dos benefícios sociais existentes emergiram muitas questões sobre as condições de vida no Litoral Norte (RS), duas delas se destacam: 1. a mobilização dos estudantes na elaboração do mapa e com isso o reconhecimento das próprias condições sobre a permanência estudantil e 2. a aproximação com a pesquisa que articula a questão espacial e a assistência social na região, assim um encontro entre a Geografia e o Serviço Social.

6. OS ESTUDANTES E A PANDEMIA

Na procura incansável pelas ações do poder público as/os estudantes envolvidas/os no projeto problematizaram suas próprias condições de vida, sobretudo as possibilidades, os desafios e os conflitos que emergiram sobre a permanência de estudantes trabalhadores na universidade. Três pontos merecem destaque: a valorização da extensão e da pesquisa como prática fundamental de permanência na universidade em meio à Pandemia; a presença ativa nos debates sobre a Assistência Estudantil na UFRGS (que não será desenvolvida neste artigo, mas, quem sabe num outro momento) e a contribuição sobre os debates em torno da proposta do Ensino Remoto Emergencial que se consolidou em Agosto de 2020.

O trabalho articulou docentes e estudantes qualificando o processo de formação, dentre os 18 integrantes do projeto, há estudantes de três cursos de graduação. Embora cursos distintos, todos os integrantes destacam a importância do envolvimento da universidade com a sociedade, como ressalta Juliana Camboim, estudante do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências e Tecnologia, em entrevista ao Jornal UFRGS: ⁴⁶ *“Tenho visto a importância de ter informações concretas, buscar conhecer a realidade da população. Entender, questionar e propor: gerar dados para continuar dialogando com a comunidade, contribuir para o desenvolvimento das pessoas na região”*.

A graduanda Nina Gabriela Muller Lopes está no final do curso de Ciências Biológicas - Ênfase em Biologia Marinha Costeira e Gestão Ambiental Marinha e Costeira,

46 Estudantes do Câmpus Litoral unem voluntariado e aprendizagem na construção de mapa de solidariedade e assistência. Jornal da Universidade, 18 Junho de 2020, 2020d. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/jornal/estudantes-do-campus-litoral-unem-voluntariado-e-aprendizagem-na-construcao-de-mapa-de-solidariedade-e-assistencia/>>. Acesso: 30 out. 2020.

salienta a importância da pluralidade social ser levada para dentro da Universidade, assim como o reconhecimento das diversas realidades da população local.

A participação estudantil em projetos de Extensão é uma oportunidade de formação ímpar que fornece uma prática cotidiana de ser pesquisador, como indica Henrique Galvão, um dos estudantes pesquisadores do projeto: *“Estou aprendendo como funciona a pesquisa na área da Geografia. É uma atividade muito importante porque vivencio a realidade cotidiana de quem trabalha com isso”, constata Henrique. Ele ressalta que a análise é feita em cima da coleta de dados da realidade, ou seja, não se resume à teoria. “É algo que, naturalmente, demanda mais tempo do que uma disciplina de quatro créditos, mas também é um aprendizado que supera a aula expositiva em todos os sentidos.”*⁴⁷

Fortalecidos pela experiência desse projeto de Extensão, assim como de outros que articularam ações com escolas e os movimentos sociais, foram analisados no seio deste projeto os dados levantados pela UFRGS sobre as condições dos estudantes na Pandemia e colocados pelos estudantes do Campus Litoral Norte da UFRGS elementos para um debate com alternativas ao Ensino Remoto Emergencial - ERE (realizado por meio da oferta regular das disciplinas e a continuidade da formação “inalterada”). Alguns caminhos foram indicados, como por exemplo: o fortalecimento da pesquisa e da Extensão sobre questões urgentes no contexto da Pandemia em todos os campos do conhecimento; a redução das ofertas de ensino das disciplinas obrigatórias; a oferta de outras disciplinas e propostas de ensino articuladas à Extensão e à pesquisa. Contudo, esse debate foi suprimido e optou-se por implantar o Ensino Remoto Emergencial e à distância, sem contar com toda a infraestrutura de uma formação que se dá de modo integral à distância.

Além das questões da vida cotidiana, com o retorno das aulas no mês de Agosto de 2020, muitos discentes – incluindo alunos que não faziam parte do projeto do mapa – alegaram que os professores não estavam preparados para adaptar suas disciplinas para um formato remoto emergencial, visto a forma apressada como foi estabelecida tal modalidade de ensino. No geral os estudantes assinalaram que as disciplinas ficaram cansativas e “pesadas”, exigindo dos estudantes uma dedicação e concentração impossíveis no contexto da pandemia, pois a preocupação com questões de sobrevivência como renda e moradia foi constante para

47 Estudantes do Câmpus Litoral unem voluntariado e aprendizagem na construção de mapa de solidariedade e assistência. Jornal da Universidade, 18 Junho de 2020, 2020d. Disponível em:

<<https://www.ufrgs.br/jornal/estudantes-do-campus-litoral-unem-voluntariado-e-aprendizagem-na-construcao-de-mapa-de-solidariedade-e-assistencia/>>. Acesso: 30 out. 2020.

muitas mães e mulheres estudantes que de algum modo envolveram com o cuidado de outrem, além de estudantes que precisam sustentar suas famílias ou as condições mínimas para seguir seus estudos durante o ano de 2020. O que significou perda da qualidade da formação universitária.

Com as complicações esperadas em momentos de calamidade, as atividades de muitos estudantes foram interrompidas por problemas de saúde de si e/ou na família, agravamento das desigualdades sociais ou pelas dificuldades em conciliar trabalho e estudo durante a pandemia. Em depoimentos, estudantes participantes do *Mapa da Solidariedade e Assistência* afirmaram que no começo da pandemia era mais fácil estar na Extensão, ainda que em isolamento social e com a dificuldade de realização do trabalho feito de modo remoto, pois a carga horária de atividades acadêmicas era menor devido à paralisação das aulas.

Além de questões já vividas pela dificuldade da política da Assistência Estudantil, o ERE não foi eficaz em oportunizar que os alunos permanecem estudando, já que não foram abertas novas bolsas com entradas mensais e nem houve um planejamento de garantir internet e tecnologia aos alunos de baixa renda (tendo apenas um valor, que os sujeitos consideraram insuficiente, que foi disponibilizado para inteirar na compra de algum equipamento eletrônico).

Boa parte dos estudantes deixou de participar do projeto e relataram ao grupo de trabalho que teriam permanecido no projeto se as aulas não tivessem voltado da forma que ocorreu, indicaram inclusive que estar no projeto era a melhor possibilidade de dar continuidade aos estudos universitários. Outros avaliaram que foi de fundamental importância a retomada das disciplinas regulares sejam via aulas *online* ou gravadas, contudo, apontam para os problemas dessa proposta sem de fato constituir uma infraestrutura individual e coletiva para a implantação desse ensino à distância, sobretudo no que diz respeito à acessibilidade às plataformas digitais, aos dados, aos *softwares* específicos para o trabalho com algumas disciplinas.

Pode-se dizer que os estudantes que conseguiram permanecer nas aulas e nas atividades da Extensão, por maior que fosse o acúmulo de trabalho durante esses meses de Pandemia, compreendem a Extensão como fundamental na formação acadêmica e de vida, assim como uma oportunidade de resistir como comunidade e ampliar o debate sobre as condições de vida e trabalho na pandemia.

Para estudantes voltados à formação na Geografia – licenciandos ou graduandos em Interdisciplinaridade em Ciências e Tecnologia, mas interessados na área – esse projeto foi fundamental, pois além de agregar conhecimento e experiências acadêmicas, também agregam na vida pessoal: *“Estou aprendendo como funciona a pesquisa na área da Geografia. É uma atividade muito importante porque vivencio a realidade cotidiana de quem trabalha com isso”* ressalta Henrique Galvão, estudante do B.I. de Ciências e Tecnologia. – trecho já citado anteriormente.

Faz parte da formação do geógrafo discutir sobre ações políticas e sociais, assim como em diversos outros cursos, mas pesquisar esses assuntos na própria realidade é ainda mais enriquecedor visto que temos conhecimento básico para questionar ações que não estão em evidência. Complementa Isaac Goulart, estudante de Licenciatura em Geografia: *“Fazer parte do grupo não me deu uma ocupação, mas sim um posicionamento sobre algo que deve ser feito não só na pandemia. A suspensão das aulas vem para percebermos qual o verdadeiro papel da Universidade! Se somos plurais, devemos sê-lo fora dos muros da UFRGS, próximo a quem mais precisa.”*

Importante dizer que a organização do trabalho foi coletiva e embora cada integrante tivesse uma tarefa específica, as reuniões realizadas periodicamente com toda a equipe, possibilitou que houvesse discussões horizontais sobre as problemáticas enfrentadas no processo: debate sobre a concepção do mapa; mobilização social; apropriação do projeto cartográfico; a miséria, a fome; a assistência social e a assistência estudantil, além de debates teóricos e políticos que envolvem a Geografia e as lutas sociais. Com isso, todos se apropriaram do trabalho de cada uma ou cada um, assim como os debates incitados pelo trabalho de Extensão e de Pesquisa o que permitiu um reconhecimento amplo do significado da formação universitária e da luta pela garantia das condições para o estudo da classe trabalhadora na universidade pública.

7. A ASSISTÊNCIA SOCIAL NO LITORAL NORTE DO RIO GRANDE DO SUL

A busca por ações e políticas sociais nos diferentes municípios do Litoral Norte do Rio Grande do Sul para estarem representados no mapa e atenderem de modo imediato às necessidades dos povos originários, dos quilombolas, e da classe trabalhadora, impulsionou a pesquisa sobre a situação da política da Assistência Social na região. Partiu-se de uma pergunta objetiva: como agiu o poder público municipal em relação ao isolamento social?

Para responder essa pergunta foram analisados os sites das prefeituras, das secretarias municipais, as redes sociais e os decretos dos 23 municípios da região, entre os meses de Março e Agosto de 2020 de modo a analisar como se deu a política da seguridade social procurando compreender:

1. Se foi decretado Estado de emergência e/ou se foi decretado Estado de calamidade pública e quais ações emergenciais se deram em função do Estado decretado;
2. Quais as políticas destinadas a servidores públicos e a oferta do serviço público; quais serviços de saúde coletiva foram assegurados; como se deu a abertura da Assistência Social Básica; como se deu a suspensão das atividades da educação;
3. Se houve redução e adiamento de cobranças de impostos/dívidas tributárias; estabelecimento de renda emergencial municipal ou outro benefício similar; quais foram os benefícios e ações sobre moradia decretados; quais as políticas destinadas a moradores em situação de rua; como se deu a prova de vida dos aposentados;
4. Como se deu o repasse das merendas escolares; funcionamento das feiras livres e subsídios para a agricultura camponesa para compreender como se deu o abastecimento popular em geral;
5. Regulamentação do funcionamento do comércio, da indústria e dos serviços em geral: Por quais períodos se deu o fechamento de serviços não essenciais; quais os serviços foram considerados essenciais em cada município e de que modo e quando se deu sua abertura; quais as recomendações sobre as medidas sanitárias e controle de fluxos nos estabelecimentos comerciais;
6. Suspensão de atividades em geral (espaços públicos, escolas, igrejas, eventos públicos, áreas de lazer, entre outros); sanções como multas e/ou perda de alvará de funcionamento; estabelecimento toque de recolher;
7. Circulação: Restrição no uso de transporte coletivo - período; controle a circulação de veículos provenientes de outros municípios - período; limite da circulação nas vias públicas em determinados horários - período.

Registra-se no quadro abaixo a sistematização dos decretos que trataram sobre assuntos referentes à Pandemia da COVID-19 no Litoral Norte do Rio Grande do Sul. No Brasil as medidas tomadas para tentar controlar a contaminação e atender as necessidades sociais, no geral, resumiram-se às restrições sobre o funcionamento de serviços, dividindo-os

em essenciais e não essenciais. Assim, o desemprego, a fome, o desabrigo aprofundaram-se realidade já conhecida muito antes da pandemia.

Os decretos foram analisados até o momento em que os municípios aderiram os mecanismos para o isolamento social definido a partir do sistema de bandeiras via Governo do Estado do Rio Grande do Sul, por meio de mapas do que chamaram de “*Modelo de Distanciamento Controlado do RS*”. Observou-se que o foco dos decretos municipais no período foi regular e normatizar as práticas referentes ao isolamento social.

ARROIO DO SAL	DECRETO Nº 18/2020; DECRETO Nº 19/2020; DECRETO Nº 21/2020; DECRETO Nº 23/2020; DECRETO Nº 33/2020; DECRETO Nº 41/2020;
BALNEÁRIO PINHAL	DECRETO Nº05/2020; DECRETO Nº10/2020; DECRETO Nº14/2020; DECRETO Nº17/2020.
CAPÃO DA CANOA	DECRETO Nº 079 DE 2020; DECRETO Nº 084 DE 2020; DECRETO Nº 096 DE 2020; DECRETO Nº 111 DE 2020; DECRETO Nº 116 DE 2020.
CAPIVARI DO SUL	DECRETO Nº 73 DE 2020; DECRETO Nº 78 DE 2020; DECRETO Nº 81 DE 2020; DECRETO Nº 84 DE 2020; DECRETO Nº 88 DE 2020; DECRETO Nº 90 DE 2020; DECRETO Nº 97 DE 2020; DECRETO Nº 102 DE 2020; DECRETO Nº 116 DE 2020; DECRETO Nº 120 DE 2020; DECRETO Nº 143 DE 2020; DECRETO Nº 162 DE 2020;
CARAAÁ	DECRETO Nº1562 DE 2020; 1564 DE 2020; 1566 DE 2020; 1568 DE 2020; 1574 DE 2020; 1583 DE 2020; 1587 DE 2020; 1594 DE 2020; 1595 DE 2020.
CIDREIRA	DECRETO Nº027/2020; DECRETO Nº028/2020; DECRETO Nº029/2020; DECRETO Nº033/2020; DECRETO Nº044/2020; DECRETO Nº059/2020.
DOM PEDRO DE ALCÂNTARA	DECRETO Nº 6 DE MARÇO DE 2020; DECRETO Nº 9 DE MARÇO DE 2020; DECRETO Nº 12 DE ABRIL DE 2020; DECRETO Nº 15 DE ABRIL DE 2020; DECRETO Nº 16 DE ABRIL DE 2020.
IMBÉ	DECRETO Nº3.671/2020; DECRETO Nº3.673/2020; DECRETO Nº3.674/2020; DECRETO Nº3.675/2020; DECRETO Nº3.676/2020; DECRETO Nº3.678/2020; DECRETO Nº3.684/2020; DECRETO Nº3.685/2020; DECRETO Nº3.689/2020; DECRETO Nº3.694/2020; DECRETO Nº3.695/2020; DECRETO Nº3.697/2020; DECRETO Nº3.698/2020; DECRETO Nº3.704/2020; DECRETO Nº3.706/2020; DECRETO Nº3.707/2020; DECRETO Nº3.719/2020; DECRETO Nº3.720/2020; DECRETO Nº3.730/2020; DECRETO Nº3.731/2020.
ITATI	DECRETO Nº10 DE MARÇO DE 2015; DECRETO Nº12 DE MARÇO DE 2020; DECRETO Nº15 DE ABRIL DE 2020; DECRETO Nº 21 DE ABRIL DE 2020.
MAMPITUBA	DECRETO MUNICIPAL Nº 024 DE 23 DE MARÇO DE 2020
MAQUINÉ	DECRETO Nº 3291 DE 2020; DECRETO Nº 3292 DE 2020; DECRETO Nº 3294 DE 2020; DECRETO Nº 3295 DE 2020; DECRETO Nº 3299 DE 2020; DECRETO Nº 3301 DE 2020; DECRETO Nº 3302 DE 2020; DECRETO Nº 3305 DE 2020; DECRETO Nº 3306 DE 2020; DECRETO Nº 3311 DE 2020; DECRETO Nº 3.313 DE 2020; DECRETO Nº 3.315 DE 2020; DECRETO Nº 3322 DE 2020; DECRETO Nº 3332; DECRETO Nº 3347 DE 2020; DECRETO Nº 3351 DE 2020.
MORRINHOS DO SUL	DECRETO Nº 2.867 DE MARÇO DE 2020; DECRETO Nº 2.868 DE MARÇO DE 2020; DECRETO Nº 2.870 DE MARÇO DE 2020; DECRETO Nº 2.873 DE ABRIL DE 2020; DECRETO Nº 2.877 DE ABRIL DE 2020; DECRETO Nº 2.888 DE ABRIL DE 2020.
MOSTARDAS	DECRETO Nº 8.314 DE 2020; DECRETO Nº 8319 DE 2020; DECRETO Nº 8323 DE 2020; DECRETO Nº8327 DE 2020; DECRETO Nº 8331 DE 2020; DECRETO Nº 8338 DE 2020; DECRETO Nº 8339 DE 2020; DECRETO Nº 8348 DE 2020; DECRETO Nº 8352 DE 2020; DECRETO Nº 8.363 DE 2020; DECRETO Nº 8.367 DE 2020; DECRETO Nº 8.388 DE 2020;
OSÓRIO	DECRETO Nº34 DE 2020; DECRETO Nº 35 DE 2020; DECRETO Nº 36 DE 2020; DECRETO Nº 37 DE 2020; DECRETO Nº 38 DE 2020; DECRETO Nº 40 DE 2020; DECRETO Nº 43 DE 2020; DECRETO Nº 45 DE 2020; DECRETO Nº 48 DE 2020; DECRETO Nº 49 DE 2020; DECRETO Nº 58 DE 2020; DECRETO Nº 59 DE 2020; DECRETO Nº 71 DE 2020; DECRETO Nº 83 DE 2020; DECRETO Nº 84 DE 2020; DECRETO Nº 86 DE 2020; DECRETO Nº87 DE 2020; DECRETO Nº91 DE 2020; DECRETO Nº94 DE 2020; DECRETO Nº100 DE 2020; DECRETO Nº102 DE 2020; DECRETO Nº103 DE 2020; DECRETO Nº106 DE 2020; DECRETO Nº 107 DE 2020; DECRETO Nº 108 DE 2020.
PALMARES DO SUL	DECRETO Nº 6.381 DE 2020 DECRETO Nº 6.382 DE 2020 DECRETO Nº 6.384 DE 2020 DECRETO Nº 6.386 DE 2020 DECRETO Nº 6.387 DE 2020 DECRETO Nº 6.391 DE 2020 DECRETO Nº 6.392 DE 2020 DECRETO Nº 6.395 DE 2020 DECRETO Nº 6.397 DE 2020 DECRETO Nº 6.402 DE 2020 DECRETO Nº 3.406 DE 2020 DECRETO Nº 3.412 DE 2020; DECRETO Nº 3.436 DE 2020;
SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA	DECRETO Nº72 DE 2020; DECRETO Nº76 DE 2020; DECRETO Nº78 DE 2020; DECRETO Nº94 DE 2020; DECRETO Nº100; DECRETO Nº102; DECRETO Nº108; DECRETO Nº110 DE 2020; DECRETO Nº 111 DE 2020; DECRETO Nº113; DECRETO Nº115; DECRETO Nº130; DECRETO Nº153.
TAVARES	DECRETO Nº 5.693 DE 2020; DECRETO Nº 5.698 DE 2020; DECRETO Nº 5.702 DE 2020 DECRETO Nº 5705 DE 2020; DECRETO Nº 5.717 DE 2020; DECRETO Nº 5725 DE 2020; DECRETO Nº 5733 DE 2020; DECRETO Nº 5746 DE 2020; DECRETO Nº 5749 DE 2020; DECRETO Nº 5753 DE 2020; DECRETO Nº 5760 DE 2020; DECRETO Nº 5.776 DE 2020; DECRETO Nº 5.784 DE 2020; DECRETO Nº 5.791 DE 2020; DECRETO Nº 5.800 DE 2020; DECRETO Nº 5.805 DE 2020; DECRETO Nº 5.813 DE 2020;
TERRA DE AREIA	DECRETO Nº 21 DE MARÇO DE 2020; DECRETO Nº 28 DE MARÇO DE 2020; DECRETO Nº 29 DE MARÇO DE 2020; DECRETO Nº 29 DE ABRIL DE 2020; DECRETO Nº 32 DE ABRIL DE 2020; DECRETO

	Nº 35 DE ABRIL DE 2020; DECRETO Nº 39 DE ABRIL DE 2020; DECRETO Nº 40 DE MAIO DE 2020; DECRETO Nº 46 DE MAIO DE 2020; DECRETO Nº 58 DE JUNHO DE 2020.
TORRES	DECRETO Nº 72, DE 17 DE ABRIL DE 2020.
TRAMANDAÍ	DECRETO Nº4676/2020; DECRETO Nº4679/2020; DECRETO Nº4680/2020; DECRETO Nº4681/2020; DECRETO Nº4682/2020; DECRETO Nº4685/2020; DECRETO Nº4688/2020; DECRETO Nº4695/2020; DECRETO Nº4697/2020; DECRETO Nº4704/2020; DECRETO Nº4713/2020; DECRETO Nº4718/2020; DECRETO Nº4727/2020; DECRETO Nº4738/2020; DECRETO Nº4742/2020.
TRÊS CACHOEIRAS	DECRETO Nº 20 DE MARÇO DE 2020; DECRETO Nº 21 DE MARÇO DE 2020; DECRETO Nº22 DE MARÇO DE 2020; DECRETO Nº25 DE MARÇO DE 2020; DECRETO Nº 27 DE ABRIL DE 2020; DECRETO Nº 34 DE ABRIL DE 2020; DECRETO Nº 36 DE ABRIL DE 2020; DECRETO Nº 50 DE JUNHO DE 2020.
TRÊS FORQUILHAS	DECRETO Nº 12 DE MARÇO DE 2020; DECRETO Nº13 DE MARÇO DE 2020; DECRETO Nº15 DE MARÇO DE 2020; DECRETO Nº 17 DE ABRIL DE 2020; DECRETO Nº 20 DE ABRIL DE 2020; DECRETO Nº 22 DE ABRIL DE 2020; DECRETO Nº 25 DE MAIO DE 2020; DECRETO Nº 26 DE MAIO DE 2020.
XANGRI-LÁ	DECRETO Nº 28 DE 01 DE ABRIL DE 2020; DECRETO Nº 34 DE 09 DE ABRIL DE 2020; DECRETO Nº 38 DE 15 DE ABRIL DE 2020; DECRETO Nº 39 DE 17 DE ABRIL DE 2020; DECRETO Nº 40 DE 22 DE ABRIL 2020.

QUADRO 01 - Decretos municipais analisados entre Março e Agosto de 2020. (Elaborado pelos autores, 2020).

Observou-se que em geral os municípios não trataram em seus decretos sobre ações destinadas ao público vulnerável, recorremos à busca além dos decretos municipais, por meio das redes sociais oficiais, sites, decretos estadual e federal. Identificou-se uma ausência e/ou insuficiência de informações públicas.

A análise dos decretos indicou a transferência da responsabilidade institucional (seja de entidades públicas ou de empregadores) para a classe trabalhadora. Antes da pandemia, o empregador precisava garantir energia, água, saneamento e internet para que os trabalhadores executassem suas tarefas, agora o *home office* surge e acaba por “baratear a mão de obra”, já que os gastos com a infraestrutura foram transferidos para os trabalhadores. Da parte do poder público, não há garantia de emprego, nem renda e nem de isolamento social.

Pela análise dos documentos não foram encontradas políticas de moradia, políticas de garantia de condições básicas de vida (como água, luz, energia e internet ou algum tipo de renda mínima), não foram encontradas políticas que controlassem a circulação do vírus em pessoas em situação de rua (embora alguns municípios tenham concedido pavilhões para os moradores; não é o mesmo que garantir o direito ao isolamento), nem foram encontradas isenções fiscais (no máximo o parcelamento do IPTU em 120 dias no início da pandemia).

Frente às dificuldades da pesquisa foram enviados ofícios em Junho de 2020 para todas as Secretarias de Assistência Social e Secretarias da Educação, obtivemos apenas a resposta de duas Secretarias da Assistência Social. Passamos a entrevistar as Secretarias de Assistência Social, durante os meses de Agosto e Novembro realizamos 09 entrevistas.

O processo de investigação durante o ano de 2020 permite evidenciar a dificuldade na implantação dos serviços e da Política Nacional da Assistência Social nos municípios do Litoral Norte, que prevê as condições e estruturas necessárias para a Proteção Social Básica; Proteção Social Especial; Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Social Especial de Alta Complexidade em acordo com as características populacionais dos municípios.

As principais estratégias lançadas pelo poder público municipal centraram-se na mitigação da crise com a distribuição de cestas básicas num volume muito menor do que o necessário e no fortalecimento das parcerias público-privadas inclusive para atender a distribuição das cestas básicas. Observou-se a desarticulação do poder público municipal, com pouca ou nenhuma proposta de trabalho entre as secretarias municipais e a ausência do poder público Estadual e Federal. Para os servidores entrevistados da Assistência no Litoral há um descaso do próprio poder político:

“Porque hoje a assistência é tão importante quanto os serviços de saúde, porque nós temos muito público, a gente tem muitas pessoas carentes, ou muitas pessoas vêm até nós e procuram os serviços e esse serviço, em muitos municípios, não é visto como base, como essencial. A gente nota uma carência muito grande nessa parte, e agora com a pandemia a gente tem notado porque a gente tem lutado pra que a assistência seja vista, não como assistencialismo, mas como serviço necessário, como um serviço que a gente tem uma população carente e uma população que precisa do nosso serviço, que precisa da proteção social básica. É um serviço extremamente importante e a gente tem lutado muito”. *Servidor público em município do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, em entrevista no segundo semestre de 2020.*⁴⁸

Importante dizer que a mídia tratou o poder municipal como o grande salvador da pátria, sem realizar uma análise efetiva sobre a não consolidação dos serviços na escala municipal e a desarticulação entre municípios e Estado Brasileiro. Na edição do Jornal Nacional da rede Globo em 06 de outubro de 2020 a mídia declarou, a partir de uma pesquisa do Programa Cidades Sustentáveis / IBOPE inteligência, que as prefeituras amenizaram os impactos da crise (sem dizer que ela não começou na Pandemia) com um volume de ações consideráveis em direção à distribuição de cestas básicas, políticas de assistência social, compra de produtos da agricultura familiar, acolhimento às vítimas de violência doméstica e infantil, saneamento básico em áreas precárias. Questionamos: com base em quais informações essa pesquisa foi realizada? Como assegurar que as prefeituras realizaram as

48 Não serão identificados os servidores, nem os municípios em específicos devido a solicitação das e dos entrevistados.

políticas de Assistência Social frente a um volume expressivo de campanhas de arrecadação de alimentos, inclusive por muitas prefeituras em parceria ao setor empresarial?

Este trabalho vai à contramão da mídia, pois ainda que haja alguma movimentação na direção apontada, esta realidade seguramente está distante do Litoral Norte do Rio Grande do Sul. No que diz respeito às políticas da seguridade social não observamos quaisquer decretos ou normativas que fortalecem e consolidam uma estrutura pré-existente ou a constituição de novas políticas, nem mesmo ações em específico para o enfrentamento da pandemia, permitindo a problematização sobre a constituição e consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Litoral Norte (RS).

Em geral as ações municipais contaram com poucos recursos regulares vindo do Governo Federal, o recurso extra mais citado nas entrevistas realizadas foi proveniente da PORTARIA Nº 369, DE 29 DE ABRIL DE 2020 que de modo mais efetivo trata de recursos para Equipamentos de Proteção Individual para trabalhadores do serviço social.

Boa parte das ações municipais promoveram parcerias público-privadas; arrecadação de alimentos e distribuições das merendas escolares (em forma de cestas básicas ou marmitex) geralmente dissociadas das políticas da assistência, em alguns casos manteve-se o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), mas não foi nem de perto a maioria dos municípios.

Dado contexto da região é impactante a desarticulação entre a agricultura camponesa e o abastecimento da classe trabalhadora e dos povos do campo: apenas o município de Imbé elaborou uma ação nesse sentido, instaurando um programa de entrega de alimentos da agricultura camponesa vinculada a um programa ligada ao combate à fome na infância, ação importante, mas insuficiente, portanto não há nem política de garantia de trabalho renda para os camponeses, nem abastecimento, nem combate estrutural à fome. A opção evidente dos municípios foram as parcerias com os supermercados para a arrecadação de alimentos, compra de cestas básicas com recursos provenientes das mais diferentes fontes - desde emendas parlamentares até repasse de sobras de outros setores do poder público municipal e parcerias pontuais com o setor privado.

No período analisado, as prefeituras entrevistadas não propuseram programas sociais de responsabilidade municipal direcionados à Pandemia, no limite deslocaram verbas de outros setores para comprar cestas básicas, parte das Secretarias de Assistência Social revelaram as inúmeras dificuldades de consolidar os serviços:

Porque infelizmente nós não conseguimos usar todos os recursos do SUAS, da assistência social, dentro do nosso município. Tem muita coisa que a gente pode agregar que não está sendo utilizada. Muita coisa que dá pra fazer, que dá sim acontecer e melhorar. Nós temos público de assistência, mas a gente não tem o serviço para dar continuidade. *Servidor público em município do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, em entrevista no segundo semestre de 2020.*⁴⁹

Perguntamos às Secretarias da Assistência entrevistadas se houve articulação entre seus trabalhos e Secretarias de Educação e/ou Secretarias de Agricultura e/ou Secretarias de Saúde (ou outras), as respostas giraram em torno de sonoros “nãos” às tentativas de articulação com uma ou outra, em trabalhos pontuais. O que se vê é no limite um atendimento mais do que emergencial, de uma parcela completamente desassistida:

Então é uma parceria da secretaria de educação, junto com a assistência social pra atingir essas famílias com vulnerabilidade dentro do nosso município. A gente tem conseguido assistir **368 famílias**. Então essa merenda da pra fazer 368 kits. Claro, não é **muito perto de 11 mil pessoas, mas ajuda bastante**. Aquele nosso público alvo, ele está sendo assistido mensalmente. Essa foi uma das “artimanhas”⁵⁰.

Essa desarticulação do poder público municipal, chegando alguns casos no impedimento para que se estabelecessem parcerias entre Secretarias, se deram em sua maioria: pelo descaso do poder público com a questão social; pela ausência da normatização municipal de estruturas políticas e institucionais para a consolidação da Assistência Social, como por exemplo, a inexistência de leis que permitem o compra da cesta básica pelo município e a previsão de recursos municipais para a assistência social; a restrição orçamentária e as dificuldades dos repasses de recursos de outras fontes para fortalecer a assistência social municipal; o repasse pífio dos recursos federais para os municípios e o direcionamento desses recursos para a compra de EPIs como no caso da Portaria 94 do mês de Junho de 2020⁵¹.

Importante dizer que não há políticas voltadas às comunidades tradicionais, como pescadores e quilombolas, nem para os indígenas, fortemente presentes na região. Para focar em apenas duas comunidades, o Quilombo de Morro Alto, com mais de 100 famílias, e a retomada indígena Guarani Tekoa Ka'aguy Porã, em Maquiné, com mais de 30 famílias, não

49 Não serão identificados os funcionários, nem os municípios em específicos devido a solicitação das e dos entrevistados.

50 Não serão identificados os funcionários, nem os municípios em específicos devido a solicitação das e dos entrevistados.

51 PORTARIA Nº 94, DE 29 DE JUNHO DE 2020. Disponível em <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-94-de-29-de-junho-de-2020-264164743>.

tiveram apoio da prefeitura praticamente durante todo o ano de 2020. Ações pontuais foram realizadas, mas no geral essas comunidades contaram com a rede de solidariedade de lideranças que estão no *Mapa da Solidariedade e Assistência Social*.

Pessoas em situação de moradia nas ruas também não tiveram atenção focada na Pandemia, boa parte das prefeituras diz que no Litoral esse problema não é grave, mas observou-se que as ações em torno desta população surgiram como ações de ONGs e organizações de filantropia, mesmo que depois acatadas pelas prefeituras, e ao andar pelas ruas das cidades observa-se um aumento a olhos vistos desta população.

Destaca-se que como essas pessoas não tem acesso à água, não tem banheiros, não existe como ter uma prática de higiene para quem vive na rua, por mais que haja filantropia, não resolve. tem que ter acesso à água, que é um direito universal. É fundamental que o recurso se coloque na política e não como doação, pois deste modo ter condições de vida, ainda que na rua, não se consolida como um direito. Soluções momentâneas não resolvem o problema. A política deve ser permanente, como colocam os moradores de rua da região não dá mais para viver em sofrimento e de uma condição de vida precarizada.

8. PARA SEGUIR...

Tecendo as últimas considerações é importante dizer que o trabalho com o *Mapa da Solidariedade e Assistência Social* permitiu aproximar-se do contexto das políticas de Assistência Social na região do Litoral Norte do Rio Grande do Sul e indicaram um caminho: a necessidade da espacialização das estruturas da Assistência Social e a problematização da presença-ausência do Estado sinalizando para uma articulação que problematize junto aos movimentos sociais e Conselhos da Assistência Social a constituição e a consolidação das políticas municipais da Assistência, assim como abre para o debate sobre a presença dos povos tradicionais, o campesinato e a necessidade das políticas de permanência na terra.

A manifestação de desproteção social no cotidiano se expressa a partir do lugar onde se vive. As condições do lugar são, a princípio, o suporte cotidiano que garante condições objetivas de proteção à/ao cidadã/ão. A partir desse entendimento, a operação do SUAS envolve não só a leitura individual de sujeitos, mas sobretudo, as condições coletivas do lugar onde vivem. A leitura das condições coletivas abre campo para o exercício da função da Vigilância Socioassistencial. (SPOSATI, 2020, p. 15).

Nos últimos anos observa-se um forte fluxo migratório da classe trabalhadora da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) para o Litoral associado à crise econômica e a

pandemia. Segundo as entrevistas houve uma a ampliação expressiva das demandas para o cadastro único, a necessidade do *Bolsa Família* (que não foram concedidas, uma vez que foi “substituído” pelo auxílio emergencial) e as solicitações de benefício da alimentação saturaram os trabalhadores da Assistência.

Aumentou [o número de beneficiados] por quê?! Porque muitas pessoas que tinham se cadastrado já o ano passado, procurado o serviço, foram beneficiados, com a crise da pandemia, o governo federal avaliou alguns cadastros e tornou eles aptos pra receber o Bolsa. Cadastros que estavam em avaliação ainda no sistema porque o Bolsa demora de 60 dias até 1 ano para ser aprovado pelo Governo Federal, após a entrada no cadastro único. *Servidor público em município do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, em entrevista no segundo semestre de 2020.*⁵²

Foi evidente o aumento das ocupações urbanas e/ou a ampliação de ocupações antigas no ano de 2020, assim a ausência dos equipamentos e dos serviços públicos escancarou a presença-ausência do Estado, a justificativa da baixa densidade populacional na região mostrou-se inócua e sem base social.

Um dos fatos concretos a demarcar a condição do trabalho social dos agentes públicos do SUAS, implica no fato de que ele se efetiva em preponderância nos lócus de assentamento de não proprietários. O chão da urbanização precária no assentamento de cidadãs/ãos não proprietários, paradoxalmente, não conta com a responsabilidade do Estado como lugar de prestação de serviços públicos. Há, portanto, um deslocamento do reconhecimento social dos moradores e não proprietários, de sua condição de cidadãs/ãos. É descolada a instalação do serviço público das vidas humanas, e eles passam ser visto pelo Estado como complemento do valor da propriedade, descartando a responsabilidade com o reconhecimento da cidadania. (SPOSATI, 2020, p. 15).

Nas ocupações, nos bairros e nas comunidades clama-se pela presença ativa da Assistência, sobretudo com um quadro de pessoal o suficiente para o atendimento público integral, importante mencionar a distância dessas ocupações, assim como das comunidades e povos dos Serviços da Assistência e da Saúde, como mencionado por lideranças comunitárias em Palmares do Sul o Centro de Atendimento da Assistência Social fica no centro da cidade, a quilômetros dos quilombos sendo preciso um dia inteiro para poder chegar até ele, uma vez que o ônibus passa nas comunidades pela manhã e retorna ao fanal da tarde.

As entrevistas com o poder público e com as lideranças comunitárias indicaram que no Litoral Norte do Rio Grande do Sul (provavelmente no Brasil) o trabalho dos CRAS aumentou substancialmente, mas o quadro de pessoal não, assim como a região pede pela

52 Não serão identificados os funcionários, nem os municípios em específicos devido a solicitação das e dos entrevistados.

capacitação técnica e a formação profissional no Serviço Social. Também não aumentaram o número de unidades dos CRAS, mas com a política de isolamento prejudicando o trabalho das/dos Assistentes, Psicólogas/os e o aumento da demanda urge a ampliação da rede de serviços.

Ao mesmo tempo, as escolas explicitaram seu lugar primordial na vida comunitária, que deve ser considerado nas Políticas da Assistência. Historicamente é nela a materialização da vida da comunidade próxima, o repasse dos alimentos da merenda escolar que estavam nos estoques das cozinhas foi distribuído como cestas para as famílias mais pobres, os estoques para o abastecimento das famílias foram obviamente insuficientes.

Não se manteve em todos os municípios de modo regular o repasse da merenda escolar para as famílias ao longo do ano de 2020, assim como não identificamos nas entrevistas realizadas iniciativas de integração do trabalho das escolas, com os Agentes Comunitários de Saúde, os Postos de Saúde da Família e os Conselhos Tutelares. Mas, a prática da solidariedade de classe e o compromisso social assumido desde antes da Pandemia manteve o elo entre as famílias por todo o ano de 2020 e professoras/es em ações de solidariedade doando alimentos arrecadados por eles mesmos.

Embora o IBGE, a cada 10 anos, delimite a população brasileira assentada no território de milhares de setores censitários – para a realização do Censo Demográfico – e caracterize, cada um deles, pelas condições e serviços públicos ali instalados, esses registros não são incorporados pelas políticas estatais, seus órgãos reguladores e decisórios. São dados desprezados pois revelam e reconhecem, a partir do chão em que se assentam, a precariedade da vida e do viver de brasileiros. Há portanto no Brasil a ocorrência interessada no ocultamento da expressão real da desigualdade social. Os entes federativos não desenvolvem, de forma articulada entre suas iniciativas, ação estratégica para alterar as condições de precariedade da vida nesses setores censitários com cerca de mil unidades familiares. (SPOSATI, 2020, p. 15).

É na escala do bairro, da Vila, da Favela, do Quilombo, da Aldeia, das Retomadas indígenas, dos acampamentos dos camponeses sem terra, ou seja, na escala da vida cotidiana, que a *desarticulação do poder público* e a desestruturação do pouco que se conquistou como *direitos dociais* reafirma a necessidade de trabalharmos por uma Geografia que contribua evidenciando essa presença-ausência do Estado, mas também na articulação das lutas, das comunidades, da articulação entre escolas, entre os trabalhadores da seguridade social e da educação.

Melhorias urbanas assentadas em lugares onde vivem não proprietários são alcançadas a partir de processos históricos de pressão e luta. Não há o imediato

reconhecimento, pelos agentes estatais, da necessidade da presença de serviços públicos para uma dada população. Até por que, não raramente tais serviços são Primeiro a propriedade depois dignidade da vida humana. Ocorre o processo de “lentificação” na construção de respostas às demandas de cidadãos/ãos. Não se tem quantificado e mapeado condições instaladas que mostrem qual é a população de um dado local que não conta com serviços de oferta de energia elétrica, rede de água tratada, saneamento básico. Raramente esses serviços existem para todos, exceção feita à energia elétrica. Endereços são coletivos, não há traçado de ruas, com nomes, e números. Não existe o reconhecimento público dos espaços ocupados seja de forma singular ou coletiva. Diz, e rediz, a população que é somente o carro da Polícia que chega na agregação populacional e ali comparece para ameaçar, violentar, fazer operações, tirar a vida dos moradores, sobretudo dos jovens e negros. (SPOSATI, 2020, p. 15).

A mobilização em curso tem trabalhado em levantamentos e sistematização de relatórios sobre as ações de solidariedade e condições das famílias envolvidas com o objetivo de elaborar um relatório técnico que apresente como se deram neste momento da pandemia as ações políticas de Estado assim como as de solidariedade de classe para problematizar a política de Assistência Social no Litoral Norte do Rio Grande do Sul.

Em síntese, com base nas entrevistas realizadas tanto com as lideranças comunitárias, como com as secretarias da Assistência e até mesmo com algumas famílias que tivemos oportunidade de dialogar, este trabalho indicou como urgente:

Discutir a estruturação e consolidação do Sistema Único de Assistência Social no Brasil, em especial no Litoral Norte do Rio Grande do Sul;

Problematizar a existência da rede de saúde básica e serviços de proteção, em especial avaliar a distância entre os Centros de Referência de Assistência Básica e as comunidades do campo e da cidade e a distância dos postos de saúde e hospitais;

Discutir o processo migratório da classe trabalhadora para o Litoral Norte do Rio Grande do Sul em busca do discurso do “desenvolvimento do turismo”, das possibilidades de acesso à moradia e à terra e de direitos sociais negados nas grandes metrópoles.

Até o momento encontramos uma realidade regional dura do ponto de vista da estruturação a Política da Assistência, que vai de municípios que recentemente conquistaram os Centros de Referência de Assistência Social, que é o atendimento básico dos serviços, à como municípios que ainda estão em processo de regulamentação e normatização de ações elementares nas políticas de Assistência Social. Como assinala Ivan Terra, uma das lideranças da região, na entrevista sobre o projeto no Jornal da UFRGS:

O pesquisador de culturas populares reflete que a coesão e a articulação comunitária são bem complicadas por ser o Litoral uma região marginal. “As ferramentas de ação do estado não estão presentes no litoral fora do verão.” Além disso, observa,

são poucos os sindicatos e coletivos que de fato têm alguma força. “Na grande maioria das vezes, políticas assistencialistas capturam a vontade de as comunidades se organizarem e serem protagonistas de sua história. É fundamental a chegada, a atuação da Universidade junto às nossas comunidades para mudar esse quadro”, sentencia.⁵³

A presença do Estado hoje é a ausência: do CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social; do CRAM - Centros de Referência de Atendimento à Mulher (assim como não há delegacia da mulher e casas de acolhimento em todos os municípios) e insuficiência do CRAS, entre muitos outros serviços tanto na escala municipal quanto na escala regional. Para boa parte das Secretarias de Assistência Social entrevistada urge uma articulação regional para a consolidação dos serviços da Assistência Social, assim como urge a mobilização social. A Geografia tem se mostrado neste e em muitos outros trabalhos ativa nesse debate.

A pandemia da COVID -19 está mostrando mundialmente, e às vistas largas, que o direito de respirar é universal e democrático e, o direito à vida humana é maior do que o direito à propriedade. (SPOSATI, 2020, p. 09).

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATISTA, S. C. **Cartografia geográfica em questão: do chão, do alto, das representações**. 2014. 416 f. Tese (Doutorado) - Departamento de Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

BRASIL - Política Nacional de Assistência Social PNAS/ 2004. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf

CORONAVÍRUS Brasil. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>>. Último acesso: 15/11/2021.

CONCEIÇÃO, A. L. **A Geografia do espaço da miséria**. SCIENTIA PLENA VOL. 1, NUM. 6, 2005, P. 166-170 Disponível em: < www.scientiaplenu.org.br>. Acesso em: janeiro de 2021.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo. 2020.

53 Ação mapeia iniciativas de colaboração e assistência no Litoral Norte. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/jornal/acao-mapeia-iniciativas-de-colaboracao-e-assistencia-no-litoral-norte/>

GUIMARÃES, C. Covid-19: especialistas falam sobre políticas de proteção social. Covid-19: especialistas falam sobre políticas de proteção social. **Agência Focruz de notícias**. 27 de Maio de 2020. Disponível em: <<https://agencia.fiocruz.br/covid-19-especialistas-falam-sobre-politicas-de-protecao-social>>. Acesso em 15 nov. 2021.

LANDA, M. S.; PEREIRA, E.T.; SANTOS, A. C. V. Medidas de Proteção Social e o Novo Coronavírus: uma análise crítica e social da implementação do Auxílio Emergencial no Brasil (2020) Disponível em: <<https://periodicos.unipampa.edu.br/index.php/Missoes/article/view/103429>>, acesso em: novembro de 2021.

LEFEBVRE, H. La presencia y La ausência: Contribución a La teoria de las representaciones. México: FCE, 2006.

MÓDOLO, M.; BRAGA, H. Covid tem gênero? Jornal da USP, São Paulo, 15/06/2020. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/artigos/covid-tem-genero/>>. Acesso 30 out. 2020.

SPOSATI, A (Org). **SUAS E PROTEÇÃO SOCIAL NA PANDEMIA COVID-19**. São Carlos, Pedro & João Editores, 2020.

VOLOCHKO, Danilo. **Novos espaços e cotidiano desigual nas periferias da metrópole**. 2011. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

ABSTRACT:

The Pandemic of COVID-19 sheds light on the historical needs of the popular classes in Brazil, revealing inequality and the precariousness of life. At this moment, popular actions unfold social demands requiring the presence of the Brazilian State, which, imbued with neoliberal practice, deepens a policy of dismantling social rights. The context demands that public institutions protest against the political determinations of this federal government, and in universities, that the relationship between research, extension, and teaching be strengthened, with commitment to a popular perspective. As an additional force to these actions, researchers and students from UFRGS Litoral produced a map linked to the solidarity mobilization promoted by community organizers in the region. Such movements are important: the production of the map forged in social practice; the expressive involvement of students; the problematization of the absence of public data for social analysis and political debate on strategies to confront the Pandemic. We recognize what the need for social isolation has highlighted: the living conditions in the Northern Coast of Rio Grande do Sul and the urgency of the universal adoption of social policies for the consolidation of the Single System of Social Assistance. This work contributes to the effervescence of mapping that is strategically placed as critical representations and at the same time as a mobilizer of social struggles, without losing sight of the historical foundation of poverty in Brazil.

Key words: Mapeamento social; Solidariedade; Assistência Social; Covid-19; Direitos sociais.

Recebido: 15/11/2020

Aceito: 01/02/20